

ATA DE ABERTURA DO ENVELOPE DE DOCUMENTAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação, constituída através da Portaria nº 4.573, de 05 de novembro de 2021, nos termos da Lei nº: 8.666, de 21/06/93, reuniu-se dia 21 de junho de 2022, às 10 (dez) horas, em face do **Processo Licitatório nº 158/2021, Credenciamento nº 07/2021, Inexigibilidade nº 19/2021**, cujo objeto é o credenciamento de instituições financeiras para prestação de serviços bancários de recolhimento de tributos e demais receitas públicas municipais (IPTU, ITBI, ISSQN e demais receitas), através de DAM, em padrão FEBRABAN, por intermédio de guichês das agências, internet banking, mobile banking, terminais de autoatendimento e correspondentes bancários com prestação de contas por meio magnético dos valores arrecadados, para a abertura do envelope de documentação da empresa **ITAÚ UNIBANCO S.A.** Cabe registrar que são responsabilidades desta Comissão: *É mister afirmar o que nos mostra o art. 6º, XVI, da lei 8666/93: Comissão - comissão, permanente ou especial, criada pela Administração com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes e o Acórdão 1190/2009 que versa: Não podem ser atribuídas à comissão permanente de licitação (CPL) irregularidades atinentes a: inobservância pelo edital do princípio do parcelamento do objeto; [...] Aos membros da CPL, incumbe apenas o processamento do procedimento licitatório. De igual forma, não se lhes pode atribuir responsabilidade por falhas na formalização e execução do contrato, pois que tais funções são cometidas ao órgão gestor da execução e acompanhamento da avença. (TCU - Ac. 1190/2009 – Plenário - Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues – Sessão 3/6/2009), e por fim foi pontuado que a Comissão Permanente de Licitação possui atribuições importantes para o desenvolvimento das aquisições públicas, sendo responsável apenas pela fase externa do procedimento licitatório¹. Destarte qualquer vício ou problemas que possivelmente possam ter sido encontrados anteriormente à publicação deste edital convocatório não são de competência desta comissão.* Os documentos foram encaminhados via sedex, sendo recebidos pela servidora da Secretaria Municipal de Administração e Desenvolvimento Econômico no dia 20/06/2022, às 13:25 horas. O representante da interessada não compareceu à sessão. A Comissão Permanente de Licitação procedeu à abertura do envelope contendo a documentação da empresa acima mencionada sendo verificado que a Certidão Negativa de Falência e Concordatas, emitida em 03/02/2022, não cumpre o prazo de expedição de 60 (sessenta) dias estabelecido no item 8.3, alínea *a*, do instrumento convocatório. Diante do exposto, a Comissão Permanente de Licitação julga a empresa **ITAÚ UNIBANCO S.A** **inabilitada e não a credencia** para o referido processo licitatório. Assim sendo, a Comissão Permanente de Licitação abre prazo de recurso quanto ao julgamento da documentação, conforme art.109, inciso “I”, alínea “a” da lei 8666/93. Em cumprimento as disposições legais e para que surtam efeitos de lei assinamos:

Leonardo Geraldo Eufrázio

da 30/06/22

Ludmila Terra Borges



Ana Paula Cunha



Fábio Henrique Moreira de Carvalho



Eliana Maria de Souza Moraes

Nathália Pereira de Jesus

Lucas Pereira da Costa



Talitha Faria Lamounier Oliveira



Viviane Cristina dos Santos



3